

Velhice e Terceira Idade: tempo, espaço e subjetividade

Aging and Seniors: time, space and subjectivity

Adriano Rozendo
José Sterza Justo

RESUMO: Os mais velhos passaram a se destacar no cenário social, não apenas pelo seu crescimento numérico, mas, principalmente, pela sua redistribuição em novos espaços sociais e pela aceleração do seu ritmo de vida. Este artigo pretende analisar as espacializações e temporalizações criadas em torno do envelhecimento e apontar suas repercussões na produção de subjetividade dos longevos. Para tanto, foi tomado como objeto de análise a diferenciação da terceira idade no processo de envelhecimento.

Palavras-chave: Velhice; Espaço; Subjetividade.

ABSTRACT: *The elders began to be highlighted in the social scene, not only by their numerical growth, but mainly for their redeployment into new social spaces and accelerating its pace of life. This article aims to analyze the specializations and the time built around the aging and trace its repercussions in the subjectivity production of the oldest. Therefore, it was taken as the object of analysis the differentiation of old age in the aging process.*

Keywords: *Old Age; Space; Subjectivity.*

Introdução

O aumento da expectativa de vida do brasileiro, atrelado às quedas de natalidade, vem elevando vertiginosamente o percentual da população idosa no país. Dados do IBGE (2005) apontavam que na última década o percentual da população idosa no Brasil já ultrapassava 10%, sendo que em algumas regiões do País, atualmente, já excede em 16% os demais segmentos da sociedade e, em alguns municípios, a porcentagem supera o número da população compreendida entre zero e 15 anos de idade. (Seade, 2011).

Com isso, o idoso teve seu espaço no cenário social ampliado consideravelmente, alcançando expectativas nunca antes imaginadas. É a população emergente que impulsiona a elaboração de uma série de tecnologias específicas, como leis, serviços, produtos, além das especialidades científicas, aquelas que compõem a geriatria e a gerontologia.

Na atualidade é comum nos defrontarmos com diferentes nomenclaturas que designam as idades avançadas da vida: “futuridade”, “senilidade”, “maturidade”, “melhor idade”, “nova juventude”, “quarta idade” e assim por diante. Duas delas apresentam significados matriciais que delimitam formas de existência bastante distintas, a “velhice” e a “terceira idade”.

O termo velhice carrega uma série de conotativos pejorativos que marcam o estigma da experiência do envelhecimento, enquanto a terceira idade designa uma parcela da população idosa inserida nas práticas ética, estética e política de uma sociedade consumista.

A velhice, a terceira idade e outros recortes etários servem para delimitar períodos das fases da vida e conferir identidades aos seus referentes. Estes recortes não são naturais ou inerentes à humanidade, sendo produzidos socialmente através de períodos históricos. (Debert, 2009). De acordo com Birman (1997), os recortes identitários servem para delinear compartimentos etários como currais psicossociais nos quais as pessoas são colocadas e predestinadas a assumirem padrões de condutas socialmente úteis: uma forma social, cronológica, que dá contorno e conteúdo para a subjetividade.

Phillip Ariès (1978) foi um dos estudiosos a enfatizar que as categorias etárias são construídas nos processos sociais. Ao pesquisar a construção social da infância, ele

constatou que ela não existia até a idade média, tal como é concebida atualmente, sendo constituída a partir do século XVII. Segundo o autor, uma série de procedimentos, tratamentos e espaços passaram a permear a infância, conforme ela ia se concretizando como uma fase da vida distinta. Mas não só a infância se configura como uma construção social. Ariès, no mesmo livro em que trata da infância e da família, também ressalta que a velhice é uma construção social antiga e aparece descrita como uma fase peculiar da vida, normalmente associada a características negativas. Segundo ele, uma conhecida enciclopédia da idade média, que compilava conhecimentos diversos e muito antigos, já descrevia a velhice como um período de decrepitude física e mental (Ariès, 1978: 37).

Para Silva (2008), o termo velho é fortemente associado aos sinais de decadência física e incapacidade produtiva, sendo utilizado como forma de tratamento pejorativo, sobretudo, para os velhos pobres. Contudo, nem sempre o vocábulo velho esteve associado a negatividades. Segundo Peixoto (2009), até meados do século XX, o termo velhice não tinha pares e as denominações velho e velhote serviam para designar pessoas com mais ou menos status social. Os significados depreciativos dos termos teriam surgido junto com o desenvolvimento dos meios de produção capitalista e se incrustaram nas idades avançadas da vida com imagens vinculadas à invalidez para o trabalho.

A construção da terceira idade

A partir da segunda metade do século XX, uma divisão social e identitária começou a ser construída para diferenciar os velhos das camadas médias urbanas, dos demais estratos menos favorecidos da população envelhecida. A denominação velho não serviria para designar os indivíduos das camadas médias urbanas que adentravam as aposentadorias a partir da década de 1960.

A partir da década de 60 o termo (velho) começa a desaparecer da redação dos documentos oficiais franceses, que passam a substituí-lo por 'idoso', menos estereotipado. Ao mesmo tempo, o estilo de vida das camadas médias começa a se disseminar para todas as classes de aposentados, que passam a assimilar as imagens de uma velhice

associada à arte do bem viver. Surge o termo ‘terceira idade’ que torna pública, estabiliza e legitima a nova sensibilidade investida sobre os jovens e respeitados aposentados (Silva, 2008: 162, parêntese nosso).

Segundo Correa (2008), o aparecimento da expressão “terceira idade” denota o processamento de um recorte na representação da velhice para diferenciar um segmento da senilidade considerado ainda capacitado para uma vida ativa. A terceira idade passa a se propagar como uma expressão usada para designar uma fase da vida produtiva e, sobretudo, inserida no mercado de consumidores: uma figuração do idoso refuncionalizada e revitalizada em espaços sociais estreitamente ligados à produção e ao consumo. Enfim, diferentemente da velhice, a terceira idade se caracterizaria pelas realizações pessoais. As nomenclaturas utilizadas para delimitar distinções entre os mais velhos são importantes: a “velhice” e a “terceira idade”, os “velhos” e os “idosos”. Para Peixoto (2009) o vocábulo terceira idade surgiu junto com instituições e agentes especializados no tratamento da velhice, que prescreviam a este grupo etário vigilância alimentar, exercícios físicos, necessidades culturais, sociais e psicológicas.

Debert (1999b: 43) esclarece que existe uma heterogeneidade entre os idosos, afastando hipóteses, elaboradas recentemente, que supõem que a experiência do envelhecimento desencadeia um processo de homogeneização dos sujeitos envelhecidos. Segundo a autora, as nomenclaturas servem para delimitar as diferenças entre dois públicos bastante distintos. O termo velhice serviria para designar um período da vida de retraimento frente à pobreza, à dependência e à passividade. Tal denominação retrata o ancião como doente, isolado, abandonado pela família e alimentado pelo Estado. Já o termo terceira idade, designa idosos ativos, inclusive sexualmente, aptos a desafios, e novas experiências, com poder aquisitivo suficiente para driblarem os estigmas e os sinais estéticos do envelhecimento.

Mercadante (2005) sugere que a visão de um corpo imperfeito, em declínio, enfraquecido, enrugado, que acompanha as idades avançadas da vida, em especial ao segmento denominado velhice tende a ultrapassar os limites físicos, agregando tais imagens à identidade dos sujeitos. Segundo a autora, as imagens pejorativas sobre os mais velhos não avaliam só o corpo, mas expandem-se para a personalidade, o papel social, econômico e cultural do idoso. É estabelecida uma relação com o tempo, em

relação à proximidade da morte que mina as expectativas do sujeito e o seu posicionamento frente a si, aos outros, às coisas do mundo e enfim à sociedade.

É interessante notarmos que os idosos da atualidade não se enxergam como velhos, no sentido conotativo dos termos, já mencionado. Não raramente, deparamo-nos com pessoas bastante envelhecidas, que ao se referirem à velhice, posicionam-se a léguas de distância dela, apesar dos anos que lhes acompanham. Em alguns casos chegam até mesmo a lançar um tom de caridade ao se dirigirem aos chamados velhos. Esta ocorrência é bastante comum entre alguns filantropos, já avançados nos anos, mas que não se colocam, absolutamente, no lugar de velhos. Esta cena cotidiana foi bem retratada durante a realização de uma oficina com um grupo de idosos, frequentadores do programa Universidade Aberta à Terceira Idade - UNATI, descrita a seguir por Correa:

Ao longo desses anos de experiência com o grupo de idosos, uma das oficinas foi deveras intrigante e, ao mesmo tempo, elucidativa. Com o intuito de construirmos um conceito de velhice, realizamos uma atividade na qual os participantes teriam de se expressar com gestos e comportamentos típicos, de acordo com as várias idades da vida. Na fase referida à infância, eles a representaram de forma lúdica, imitando brincadeiras e fazendo gracejos. O olhar sobre a adolescência foi caracterizado por gestos típicos, tais como um andar desmazelado, o emprego de uma fala com gírias e trejeitos consumistas e frívolos. A fase adulta foi caracterizada pela escassez do tempo, na figura de um adulto envolto com seu trabalho, na correria do dia-a-dia. Por fim, ao solicitarmos que os idosos representassem a velhice, eles a caracterizaram como uma fase decrépita, como se o corpo estivesse em franco estágio de degenerescência e ruína. Esses gestos nos chamaram a atenção, pois percebemos claramente que o grupo não se via nessa condição de velhice. Afinal, que velhice era aquela significada por eles? E como esse grupo de fato se representava? (2008: 42-3).

Nesse mesmo sentido, Mascaro também retrata outro episódio muito interessante:

Uma reportagem publicada no jornal Estado de S. Paulo, 28.11.1989, ilustra bem esta tendência. Os idosos que frequentavam um centro de convivência e lazer em Jaguariúna (SP) rejeitaram o nome “Lar dos velhinhos”, que seria dado ao local, e se propuseram a procurar outro que afastasse a imagem de senilidade (...) (2004: 69).

Estas ocorrências servem para demonstrar que os recortes identitários abordados se propagam dentro do próprio segmento envelhecido da população, que reforçam esta distinção, buscando afastar-se das imagens pejorativas vinculadas ao termo velho.

Os espaços da terceira idade

Haddad (1986) aponta que, no final dos anos de 1960, foi inaugurado no Brasil um novo paradigma de serviços à velhice, que seria um importante propagador das noções de terceira idade, inicialmente promovido pelo SESC e, posteriormente, na década de 1990, pelas Universidades Abertas à Terceira Idade – UNATIs. (Debert, 1999).

O paradigma emergente no SESC tinha como objetivos a promoção do bem estar social, a ocupação do tempo livre e a refuncionalização da velhice, implantados dentro de espaços criados especialmente para esses fins, nomeados como espaços de convivência. As atividades desenvolvidas no SESC estavam atreladas às práticas esportivas, ao lazer, à cultura, ao conhecimento, enfim, vinculavam a velhice a uma vida ativa. Este modelo de atendimento colaborou para a construção das imagens, espaços e práticas destinados à terceira idade no Brasil. Diferente da velhice, a terceira idade passava a ser retratada como uma fase ativa da vida repleta de dinamismo e possibilidades de realização. Podemos encontrar tais representações nas nomenclaturas vinculadas ao público idoso na contemporaneidade, como: “melhor idade”, “feliz idade”, e outras designações acompanhadas de valores meliorativos.

Os casos das universidades abertas e dos núcleos da terceira idade têm muita semelhança ao do SESC. O programa Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATI foi inicialmente proposto no estado de São Paulo, pela Universidade Católica de Santos.

Na época, foi o desdobramento de um programa iniciado em 1990, que visava a ocupar o espaço e o tempo ociosos, tanto do campus universitário quanto dos idosos daquela cidade. Tal proposta não se destinava especificamente às pessoas da 3ª idade, mas às preocupadas em se manter dinamicamente atualizadas e em contato com as principais tendências do pensamento moderno e que, além disso, tivessem disponibilidade no período vespertino (Santos, 1997, p. 08). Porém, devido à intensa procura de idosos, que passaram a formar extensas filas de espera, a coordenação do campus resolveu elaborar um programa específico para esta faixa etária. E assim surgiu, em 1991, a primeira UNATI do Brasil.

De acordo com dados apresentados pelos fundadores do Programa, a maioria dos usuários da UNATI era composta por mulheres, entre 50 e 75 anos, casadas ou viúvas, com escolaridade compreendida entre primeiro grau completo e ensino superior. Estas mulheres, em sua maioria, eram aposentadas de funções de magistério, funcionalismo público, comércio e serviços. Seus principais interesses na UNATI eram assuntos relacionados à saúde, relações familiares, aprimoramento pessoal e cultura. De acordo com o perfil traçado por Santos (idem) do usuário UNATI, é possível enxergá-lo como a típica população que alcançou o status de idoso ao adentrarem nas idades avançadas da vida, que vislumbra aprimoramento e realizações pessoais, preenchendo assim todo seu tempo livre.

É possível aqui, traçarmos uma linha fronteira entre as possíveis formas de existência na velhice e na terceira idade. De um lado, temos a imagem do velho, ocioso, sedentário, sentado em uma cadeira de balanço, usando pijamas e pantufas, carregando no rosto as marcas do tempo. Do outro, a imagem do idoso atarefado, trajado com roupas de ginástica, agitado, completamente estereotipado com os signos da juventude. Se a velhice é marcada pelo estigma da pobreza, do isolamento e do sedentarismo, a terceira idade está imersa em um verdadeiro *frenesi* de consumo e atividades, que acabam estrangulando as singularidades dos sujeitos. Assim, programas e serviços como o SESC, as UNATIs, os clubes de dança de salão, e tantas outras especialidades da terceira idade, formatam os idosos como sujeitos hepáticos, que buscam afugentar os fantasmas do tempo.

As possibilidades e espaços abertos à terceira idade são tantos, que dificilmente poderíamos enumerá-los. Delimitá-los então seria uma tarefa mais árdua, pois outros espaços, até então, frequentados por jovens e adultos, passam agora a serem ocupados também pela terceira idade. Competições esportivas, roteiros turísticos badalados –

avaliados por políticas públicas de Estado*, clubes de dança, e até mesmo o aclamado programa *Big Brother* Brasil, transmitido por uma poderosa rede de televisão, são agora lugares de produção de identidade dos mais velhos.

O excesso de atividades, em que se insere a terceira idade, capitaneadas pelo mercado, Estado e ciência, pelas instituições e serviços especializados, suprimem outras potencialidades inexploradas, que são inerentes ao processo do envelhecimento. A memória, a cultura, as experiências de vida, o corpo envelhecido são deixados de lado, dando espaço à adoração estética, imposta verticalmente pelos interesses dominantes presentes na sociedade. Desta forma, muitas qualidades legítimas dos idosos acabam sendo encobertas pela atribulação do cotidiano.

Os guetos da velhice

A sociedade contemporânea, ou “pós-modernidade” é reconhecida pelo consumismo e pelo excesso de produção de resíduos desse consumo, o lixo. Segundo Bauman (2005), o prazer da sociedade pós-moderna, pode estar mais relacionado à produção de lixo, que ao consumo, sendo o lixo, um produto próprio do contemporâneo. O autor, que aprecia muito o uso da linguagem metafórica, faz uma relação entre a produção de lixo material e a produção de lixo humano, nomeando a segunda como refugio humano.

Neste sentido:

A produção de “refugio humano”, ou mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização. E um acompanhante inseparável da modernidade (Bauman, 2005: 12).

O refugio humano é constituído por indivíduos que não se adaptam aos padrões éticos, estéticos, políticos da sociedade. Bauman (idem) elenca uma série de grupos que fazem parte do amontoado de refugio humano, tais como imigrantes e infratores da lei. Traduzindo a leitura do estudioso sobre a produção de refugio humano, é possível incluirmos no bojo desta materialidade, parte da parcela envelhecida da população,

principalmente daquela aqui denominada velhice, aquela que não se adéqua ao modelo de vida proposta à terceira idade.

A velhice não segue, religiosamente, os mandamentos do mercado, preferindo ainda, um ritmo cadenciado de consumo. Foge dos padrões estéticos da sociedade contemporânea, que cultua o corpo jovial e disciplinado, privilegiando outros estímulos e sensações relativos à corporeidade. Escapa aos programas de atenção à terceira idade, que tentam normatizar e ordenar as camadas envelhecidas da população. Enfim, não se enquadram em uma série de disciplinas, preferindo viver suas singularidades ao seu próprio tempo e espaço. Por isso mesmo é relegada ao esquecimento e isolamento social e, quando necessário, destinada ao itinerário último da trajetória dos dissidentes: os depósitos de refugio humano, tais quais àqueles descritos por Bauman:

Em suma, as prisões como tantas outras instituições sociais, passaram da tarefa de reciclagem para de depósito de lixo. (...) Se reciclar não é mais lucrativo, e suas chances (ao menos no ambiente atual) não são mais realistas, a maneira certa e lidar com o lixo é acelerar a “biodegradação” e decomposição, ao mesmo tempo isolando-o, do modo mais seguro possível, do habitat humano comum. (2005: 108)

Evidente que o asilo de velhos se distingue da prisão, descrita por Bauman, em inúmeros sentidos. Mas sua configuração pós-moderna de um depósito de refugio humano, como supramencionamos, é suficientemente válida.

Atualmente, as entidades asilares passam por uma recodificação de suas características precípuas imbuídas no conceito de “instituição total” clássica (Goffman, 1999), mas não deixam de servir parâmetro do envelhecimento mal sucedido, da solidão e do sofrimento, enfim, de um mal-estar. Na maioria das vezes, localizam-se em áreas afastadas da urbe, possuem um imponente portão fechado e restringem a saída dos seus usuários. Raramente, depois do ingresso, algum interno retorna ao convívio social, sendo assim a destinação final do refugio, modelando as subjetividades à realidade intramuros. (Faleiros; Justo, 2007).

Groisman (1999) dedicou parte de seus estudos à análise dos asilos de velhos, que, segundo o autor, foram responsáveis diretos pela propagação de pejorativismos relativos às imagens, representações, conceitos, dentre tantas outras produções subjetivas que circundam a velhice. Os asilos de velhos foram fundados no Brasil no

século XIX, durante um fluxo desenfreado de urbanização, que desencadeou a proliferação da população de rua no país, composta, principalmente por prostitutas, escravos libertos, órfãos e velhos, mendigos e vadios. Os asilos de velhos serviam assim, principalmente, para higienizar as ruas citadinas. Vale lembrar que nos idos oitocentistas não havia sistema público de seguridade social e que os asilos funcionavam, exclusivamente, por iniciativa da filantropia. Engajados na arrecadação de recursos, os filantropos se utilizavam dos meios de comunicação disponíveis, para sensibilizar a população e assim arrecadar donativos. Buscando a caridade, propagavam imagens dos internos em jornais, assinalando-os como pobres, doentes, frágeis, necessitados, em pleno estado de decrepitude. Estas imagens foram, historicamente, se incorporando ao imaginário coletivo e, ainda hoje, marcam a experiência do envelhecimento não revitalizado.

Na atualidade, é possível enxergarmos um esforço de revitalização e refuncionalização dos asilos, que, no discurso legal, se destinam apenas aos idosos em situação de dependência e/ou desamparo total (Brasil, 1996; 2003). A análise da legislação do idoso demonstra uma nítida tendência de substituição dos espaços asilares por outros mais pós-modernizados. Referimo-nos aos centros e grupos de convivência do idoso, e outros programas e instituições de tempo parcial dispostos em lei, como direitos inerentes ao envelhecimento digno e salutar. Apesar da maquiagem pincelada pelos escribas do Estado, nos refinados discursos homologados em leis evidenciam-se a tentativa desenfreada de engajar as idades avançadas da vida em um mesmo bojo, onde já se situa a terceira idade.

Não podemos afirmar que o contemporâneo busca a homogeneização das diferenças. Pelo contrário, o capitalismo atual, baseado na acumulação flexível e na ampliação das ofertas de consumo (Harvey, 1999) busca, na atualidade, oferecer produtos e serviços para os mais diversos públicos, nas quais se inserem velhice e terceira idade. Podemos apenas sinalizar uma tentativa de inserção de velhos e idosos em uma mesma lógica de gestão populacional, equipada para gerenciar um novo paradigma de envelhecimento que vem sendo construído historicamente, por forças sociais.

Ainda em relação aos espaços da velhice, em condições de independência e/ou amparo, vale ressaltar que o *locus* domiciliar, o convívio familiar e a lógica de uma vida compassada, com costumes e hábitos comezinhos, são marcas típicas do

envelhecimento que resiste aos apelos de engajamento nos padrões de vida impostos à terceira idade.

Espaço, tempo e envelhecimento

É importante ressaltar que as espacialidades e temporalidades criadas em torno do envelhecimento são fundamentais para a produção de subjetividade dos longevos. Conforme acentua Harvey (1998), “o espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana”. Logo a seguir adverte: “e, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou auto-evidentes. (p.187)”. Com efeito, o desenrolar da vida, seja no dia a dia ou ao longo da nossa existência pode ser entendido e analisado tomando-se em consideração os espaços que habitamos e a durabilidade das nossas experiências. Nesse sentido, podemos entender a vida como trilhas abertas e percorridas no espaço recortado por diferentes lugares pelos quais transitamos, às vezes de forma bastante acelerada e outras vezes em ritmos mais cadenciados. No entanto, espaço e tempo, mesmo sendo dimensões essenciais da existência humana, são muito pouco tomados em consideração como categorias de análise da condição humana.

Augé (1994) faz uma importante distinção entre lugares e não lugares entendendo o primeiro como produtor de identidade, de vínculos, de proximidade, de relacionamentos diretos e pessoais. O não lugar, por sua vez, caracteriza-se como espaços de anonimato, de distanciamento, de trânsito rápido e de relacionamentos impessoais, totalmente comandados por instruções de uso que dispensam a ação do sujeito. Toma como principais exemplos rodovias, aeroportos, shoppings e supermercados nos quais o sujeito é guiado, conduzido e comandado como um autômato que segue obediente as indicações do caminho a seguir. Para esse autor, a *hipermodernidade*, tal como o autor denomina a contemporaneidade, é produtora de não-lugares, de uma condição de vida marcada pela mobilidade constante na qual o sujeito é um simples passageiro impossibilitado de intervir nos rumos de sua viagem, à semelhança dos turistas que se sujeitam inteiramente aos roteiros estabelecidos pelas agências e guias de passeios e viagens.

Virilio (1993) também chama a atenção para a compressão tempo-espaço na atualidade, segundo ele produtora de uma verdadeira “poluição dromosférica”. Conforme suas próprias palavras:

Ao lado dos fenômenos das poluições atmosférica, hidrosférica e de outros tipos, existe um fenômeno despercebido de poluição da extensão, que proponho designar como “poluição dromosférica”, de dromos, corrida. De fato, a contaminação atinge não somente os elementos, as substâncias naturais, o ar, a água, a fauna ou a flora, mas ainda o espaço-tempo de nosso planeta (idem: 105).

Excesso de espaços e velocidade grassariam a vida atual, fazendo do homem cada vez mais um ser do movimento, da mobilidade, da trajetividade, no entanto entregue a espacializações e velocidades que impedem o encontro e a proximidade entre as pessoas. Bauman (1999), por sua vez, lembra que esse tão precioso bem chamado de deslocamento ou vida em movimento funciona como mais uma mercadoria no capitalismo atual, sendo um elemento decisivo de estratificação social. A elite se desloca com rapidez e desenvoltura por diferentes espaços, enquanto os desafortunados ficam aprisionados em guetos, limitados em suas possibilidades de deslocamento.

Reverendo a produção de espacialidades e temporalidades no envelhecimento, conforme as concepções de tempo e espaço desses autores cabe, primeiro, assinalar que os espaços ou lugares atualmente destinados à velhice ou à terceira idade não são criados arbitrariamente e nem resultam de consequências naturais das condições de vida dos longevos. São sim, criados socialmente e representam quadrantes geográficos, sociais, culturais e psicológicos de circunscrição do sujeito. Delimitam o assentamento do sujeito no mundo, num dado território geográfico, num dado círculo de relacionamentos sociais e de produção subjetiva. Dessa forma, tempo e espaço são construções básicas da organização social pelas quais os indivíduos são classificados, estratificados, distribuídos e postos em ação e circulação em ritmos determinados.

Tempo e espaço se convertem em instrumentos fundamentais de produção de subjetividade. É na produção de espacializações e temporalizações que o sujeito se constitui como tal e realiza as conquistas e domínios essenciais como ator de enredos na história. É também por essa mesma via que se instauram os poderes, a dominação, a

sujeição e controles sobre o homem. Deleuze (1992), num breve texto, demonstra como o tempo e espaço vividos são produzidos dentro de refinadas práticas de gestão do social. Segundo ele, assistimos a uma mudança importante na atualidade que diz respeito à produção de espaços abertos, em detrimento dos clássicos espaços fechados da sociedade disciplinar e à produção do tempo contínuo em detrimento do tempo segmentado que era típico das organizações lineares das relações sociais. Os espaços abertos tendem a colocar o sujeito em circulação, flexibilizando todo tipo de fronteira, enquanto o tempo contínuo, também ultrapassando fronteiras, aquelas antes vinculadas a segmentações cronológicas como aquelas que delimitavam rigidamente o tempo do trabalho, do lazer, da infância e tantos outros que organizavam o cotidiano e a própria trajetória de vida

Podemos entender as recentes mudanças nas espacializações da velhice, como aquelas que deram origem e sustentam a noção de “Terceira Idade” como parte da substituição dos espaços fechados e da sua correspondente lógica de “confinamento” pelos outros abertos sintonizados com o raciocínio da sociedade de “controle”. É inegável que as iniciativas do SESC, das UNATIs, assim como os clubes e associações que surgiram como novas espacializações dos longevos representaram um momento de mudança no sentido do desconfinamento da velhice, ou pelo menos de uma parte dela, e de sua colocação em espaços abertos ou fora do espaço doméstico. Cabe lembrar que tal desconfinamento incidiu sobre outros espaços fechados clássicos como os manicômios, os orfanatos, os asilos, a família e tantos outros. Junto com a diversificação dos espaços da parcela da velhice nomeada como “Terceira Idade” surgiu outra importante mudança relativa à experiência do tempo. A “Terceira Idade” passou a experimentar um tempo deslocado da velhice, mais recuado cronologicamente, não inteiramente desgarrado da juventude. Passou a experimentar um ritmo de vida mais acelerado, dinâmico, com muitos afazeres, deslocamentos, viagens, aventuras, à feição do que Virilio (1993) destaca como dromologia da contemporaneidade ou do que Deleuze (1992) pontua como sendo a experiência de um tempo contínuo, sem fim, no qual tudo está em eterno estado de acontecimento, de processo, e nada se conclui.

Se a velhice, aquela ainda vista como senilidade dependente, continua submetida a práticas disciplinares em espaços fechados, como o da família e Asilos, eufemisticamente chamados de Instituições de Longa Permanência, a Terceira Idade, com certeza, está sendo reposicionada nos espaços abertos, nos “Não lugares”, nos espaços de trânsito e inserida progressivamente num tempo alongado e mais acelerado.

Considerações finais

Velhice e terceira idade constituem-se como dois grupos similares cronologicamente, mas com nítidas distinções em relação aos modos de existência. Em contraste com o ritmo de vida vigoroso da terceira idade, a velhice propriamente dita, apesar das mudanças recentes no tocante a uma maior abertura dos horizontes do seu cotidiano, ainda é vivida em espaços restritos e monótonos, como são os asilos e o ambiente familiar, hoje esvaziado e bastante individualizado.

Habitar espaços abertos e viver em *frenesi* - em ritmo acelerado e em estado de excitação - como sugere o recorte da velhice denominado de “Terceira Idade”, não significa necessariamente ampliação, enriquecimento da vida ou conquista de liberdade. Ao contrário, pode significar mais sujeição, submissão e despotencialização da vida, tendo em vista as ofertas de mais espaço e tempo, que beiram a uma poluição dromosférica, com diz Virilio (1993) ou que reforçam as desigualdades sociais, como lembra Bauman (1990), podem funcionar como poderosos instrumentos de controle da mobilidade e da produção de subjetividade. Afinal, como destaca Deleuze, (1992), a abertura dos espaços se faz acompanhar de refinados mecanismos de controle capazes de monitorar o sujeito em seus deslocamentos e acompanhar as oscilações de sua velocidade. Não devemos tomar, de maneira simplificada, o sedentarismo como sinônimo de aprisionamento e empobrecimento da vida e o nomadismo como sinônimo de liberdade, expansão e enriquecimento. Viver em espaços sedimentados e lugares identitários, nos quais o tempo flui mais lentamente ou viver em espaços abertos, lisos, em Não-Lugares onde o trânsito é intenso e o tempo é vertiginoso fica em suspenso a qualidade da subjetivação. Podemos encontrar situações em que uma ampla mobilidade por espacialidades diversas funciona como constrição do sujeito e da vida e outras em que o predomínio de uma condição de estacionamento funciona como aberturas para possibilidades de subjetivações intensas.

As mobilidades oferecidas para a Terceira Idade ou mesmo para a velhice de maneira geral são especialmente produzidas, transformadas em mercadorias e oferecidas como objeto de consumo, tal como acontece com os pacotes de turismo destinados a esse segmento de consumidores, acentuando a passividade e sujeição. Não são

diferentes os serviços de entidades públicas que abrem novos espaços para os longevos e ampliam temporalidades, alterando e diversificando ritmos de vida. Também aí impera uma racionalidade imposta pela gerontologia, pelos profissionais que se ocupam da velhice e se arrogam o suposto saber sobre ela, aliada a políticas públicas que passam a comandar o modo de ser e viver dos mais velhos, excluindo-os de uma participação efetiva na construção da espacialização e da temporização de suas vidas.

Diferentemente de mobilidades submetidas a sinergias domesticadas, podemos encontrar situações de estabilidade, de enraizamentos, vinculações profundas e de cadenciamento do ritmo de vida, assentadas em tempos e espaços restritos, no entanto, extremamente propícias à produção de subjetividade. É possível identificar situações desse tipo em anciãos que se aferram a um lugar, a seu cantinho construído no mundo (casa, vizinhança, hábitos, rotinas), porém, sobre os quais possuem autonomia e utilizam, inclusive, como defesa da sua independência, contra invasões que procuram desqualificá-los enquanto gestores da própria vida. Uma vida assim está ancorada num estado de estabilização e calma, mas, ao mesmo tempo, de empoderamento e virulência na defesa da autonomia contra a tutela que anula o sujeito, principalmente aquele considerado como idoso. (Ribeirinho, 2005).

A questão principal e o grande desafio dizem respeito ao comando das espacializações e temporalizações criadas no processo de envelhecimento. Quais as possibilidades de os longevos atuarem no tempo e no espaço nos quais suas vidas se desenrolam? Tal questão pode ser também formulada como uma atualização da antiga diferenciação entre *Chronos* e *Kairos*, figuras marcantes da mitologia grega. Como é possível ser *Kairos* e não *Chronos*, tal como propõe Martins (1998)?

Entre os gregos da Antiguidade, tinha o sentido de tempo peremptório, implacável, que age tiranicamente sobre a vida impondo a ela um golpe final. *Kairos*, por sua vez, filho de *Chronos*, aludia ao tempo vivido, construído na experiência e capaz de ser aferido e traduzido pelos acontecimentos e realizações do sujeito em sua trajetória de vida, agindo sobre *Chronos*, criando oportunidades e aproveitando as ocasiões propícias para certas ações.

A terceira idade parece um esforço contra *Chronos*, uma luta contra o tempo que não para, o tempo mundano que avança com os ponteiros do relógio e, tal como as estações do ano, impõe fases na vida fadadas a se sucederem linearmente rumo a um rigoroso inverno de hibernação irreversível. Um esforço, no entanto, que ao se entregar aos espaços e temporalidades construídos como estratégias de controle e dominação de

subjetividades acentua ainda mais a ação de *Chronos*, a saber, a ação de um tempo peremptório, socialmente construído que impõe as formas e os ritmos de “passagem” pelos espaços. Um tempo programado que não se abre para acasos, acontecimentos, criações e experiências singulares, justamente donde emerge o sujeito e seu senso de oportunidade, característicos de *Kairos*.

Referências

- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Augé, M. (1994). *Não lugares: Introdução a uma antropologia da super modernidade*. Campinas: Papiros.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (1997). O futuro de todos nós. In: ____ (Org.). *Estilo e Modernidade em Psicanálise*. São Paulo: 34.
- Debert, G.G. (1999). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Edusp, Fapesp.
- _____. (1999b). A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. In: Neri, A.L. & Debert, G.G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas: Papyrus.
- _____. (2009). A Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Barros, M. (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*: 69-85. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Deleuze, G. (1992). Pós-Scriptum sobre as sociedades de controle. In: ____ (Org.). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34: 219-26.
- Havey, D. (1998). *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Martins, J. (1998). Não somos Cronos, somos Kairós. *Revista Kairós Gerontologia*, 1(1): 11-24, São Paulo: PEPGG/NEPE/EDUC.
- Peixoto, C. (2009). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatório: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: Barros, M. (Org.) *Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*: 13-34. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Perfil Municipal. Encontrado em 17 março, 2011, em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>.
- Ribeirinho, C.M.C. (2005). *Concepções e práticas de intervenção social em cuidados sociais no domicílio*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Centro Português de Investigação e História e trabalho Social. Lisboa.

Santos, C.J. (1997). *Universidade aberta para a terceira idade: um caminho de vida*. Santos: Leopoldianum.

Silva, L.R. (2008, janeiro-março). Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 15(1): 155-68. Rio de Janeiro.

Virilio, P. (1993). *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34.

Recebido em 14/05/2011

Aceito em 30/05/2011

Adriano da Silva Rozendo - Doutorando em Psicologia da UNESP/Assis. Docente do Curso de Graduação em Psicologia da UFMT/Rondonópolis.

Email: rozendoadriano@aol.com

José Sterza Justo - Doutor em Psicologia Social. Docente do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis (SP).

Email: sterzajusto@yahoo.com.br